

Aratu Geração S.A.

Demonstrações financeiras regulatórias acompanhadas
do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025

Aratu Geração S.A.

Índice

| | Página |
|---|--------|
| Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras regulatórias | 2 |
| Demonstrações financeiras regulatórias | 5 |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias | 11 |

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras regulatórias

Aos:
Administradores e acionistas da
Aratu Geração S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras regulatórias da **Aratu Geração S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações financeiras regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Aratu Geração S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações financeiras regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações financeiras regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem ressalvas separado com data de 27 de março de 2026.

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 21 de fevereiro de 2025 sem modificação de opinião

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aquelas com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026



Cassiano Gonçalves Alvarez
Contador CRC 2SP-030.002/O-7

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

Aratu Geração S/A

CNPJ/MF nº 07.732.105/00001-84

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | ATIVO | | |
|--------------------------------------|-------|---------------|---------------|
| | Notas | 2025 | 2024 |
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 5.887 | 165 |
| Contas a receber de clientes | - | 143 | 143 |
| Impostos a compensar | 4 | 5.164 | 6.002 |
| Adiantamento a fornecedores | - | 429 | 91 |
| Outras contas a receber | - | 270 | 7 |
| Outros créditos | - | - | 13 |
| Total do ativo circulante | | 11.893 | 6.421 |
| Ativo não circulante | | | |
| Imobilizado líquido | 5 | 74.917 | 77.163 |
| Intangível líquido | - | 18 | 18 |
| Total do ativo não circulante | | 74.935 | 77.181 |
| Total do ativo | | 86.828 | 83.602 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aratu Geração S/A

CNPJ/MF nº 07.732.105/00001-84

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Notas | 2025 | 2024 |
|--|-------|---------------|---------------|
| Passivo circulante | | | |
| Fornecedores | - | 168 | 335 |
| Obrigações tributárias e trabalhistas | - | 600 | 46 |
| Outras contas a pagar | - | 97 | 97 |
| Total do passivo circulante | | 865 | 478 |
| | | | |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 7.1 | 83.300 | 83.300 |
| Reserva legal | 7.2 | 413 | 313 |
| Reserva de lucros | 7.3 | 2.250 | (746) |
| AFAC | | - | 257 |
| Total do patrimônio líquido | | 85.963 | 83.124 |
| | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 86.828 | 83.602 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aratu Geração S/A

CNPJ/MF nº 07.732.105/00001-84

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

| | Notas | 2025 | 2024 |
|---|-------|-----------------|----------------|
| Receita Operacional líquida | 8 | 16.216 | 3.905 |
| (-) Custo da operação | 9 | (2.727) | (1.090) |
| Lucro operacional bruto | | 13.489 | 2.815 |
| Despesas Operacionais: | | | |
| Administrativas e Gerais | 9 | (9.968) | (3.875) |
| Outras receitas (despesas) | 9 | (164) | (6) |
| | | (10.132) | (3.881) |
| Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro | | 3.357 | (1.066) |
| Resultado Financeiro: | | | |
| Receitas Financeiras | - | 342 | (35) |
| Despesas Financeiras | - | (65) | (8) |
| | | 277 | (43) |
| Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSSL | | 3.634 | (1.109) |
| Impostos de renda e contribuição social - correntes | 10 | (539) | (25) |
| Lucros (Prejuízo) do exercício | | 3.095 | (1.134) |
| Número de ações | | 577.838 | 577.838 |
| Resultado por ação | | 5,35617 | (1,96249) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aratu Geração S/A

CNPJ/MF nº 07.732.105/00001-84

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---|--------------|----------------|
| Lucro (Prejuízo) do exercício | 3.095 | (1.134) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | 3.095 | (1.134) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aratu Geração S/A

CNPJ/MF nº 07.732.105/00001-84

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

| NE | Capital social | Reserva | | Lucros/(prejuízos) acumulados | AFAC | Total |
|--|----------------|------------|--|-------------------------------|---------------|---------------|
| | | Legal | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 44.000 | 313 | | 387 | 22.052 | 66.752 |
| Aumento de capital | 17.505 | - | | - | - | 17.505 |
| (Prejuízo) do exercício | - | - | | (1.134) | - | (1.134) |
| Integralização de capital social | 7.1 | 21.795 | | - | (21.795) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 83.300 | 313 | | (747) | 257 | 83.123 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | | 2.598 | - | 2.598 |
| Constituição reserva legal | - | 100 | | (100) | - | - |
| Constituição reserva de lucros | - | - | | 499 | - | 499 |
| Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital | 7.1 | - | | - | (257) | (257) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 83.300 | 413 | | 2.250 | - | 85.963 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aratu Geração S/A

CNPJ/MF nº 07.732.105/00001-84

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--|--------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social | 3.634 | (1.109) |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais: | | |
| Depreciação e amortização | 2.117 | 5.178 |
| Baixa do ativo imobilizado | 367 | |
| Decréscimo/ (acrécimo) em ativos | | |
| Impostos a compensar | 838 | 36 |
| Adiantamento a fornecedores | (338) | 2.955 |
| Contas a receber de clientes | - | (6) |
| Outras Contas a Receber | (263) | - |
| Outros Créditos | 13 | (13) |
| (Decréscimo)/ acréscimo em passivos | | |
| Fornecedores | (166) | (1.077) |
| Obrigações tributárias e trabalhistas | 554 | (132) |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 6.756 | 5.832 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (539) | (25) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisições de ativo imobilizado | (238) | (23.240) |
| Aumento de capital | - | 17.505 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (238) | (5.735) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | (257) | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (257) | - |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 5.722 | 72 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do exercício | 165 | 93 |
| No final do exercício | 5.887 | 165 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 5.722 | 72 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARATU GERAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aratu Geração S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, e tem como finalidade a geração e comercialização de energia elétrica, bem como estudos, elaboração, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de seu interesse, seja diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou Sociedades particulares, além de fornecimento de informações e assistência para auxílio da iniciativa privada ou estatal, que visem à implantação de atividades econômicas, culturais, assistenciais e sociais naquelas regiões, para o cumprimento de sua função social em benefício da comunidade.

A Companhia detém duas centrais hidrelétricas, que são: (a) CGH Lobo, com 1,6 MW de capacidade instalada, em operação, localizada no Rio Ribeirão do Lobo, nos municípios de Itirapina e Brotas, Estado de São Paulo; e (b) PCH Emas Nova, cujas obras para reativação foram concluídas em 2024, com nova capacidade instalada de 7,215 MW, localizada no Rio Mogi Guaçu, no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo. A energia média gerada pela CCH Lobo é de 0,90 MW médios, ou 7.884 MWh ao ano, enquanto a nova capacidade instalada na PCH Emas Nova gerará 4,30 MW médios, ou 37.660 MWh ao ano.

A Companhia atua sob o regime de concessão pública outorgada originalmente através do Decreto de 20 de agosto de 1998, que finda em 26 de agosto de 2028, porém, conforme previsto no contrato de concessão, com possibilidade de prorrogação por mais 20 anos. Especificamente para o caso da CGH Lobo, registre-se que no exercício de 2017 foi solicitado à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a extinção da concessão da usina Lobo, pedido que foi aprovado pela resolução autorizativa nº 6.742 dispensando a reversão dos bens outorgados na época da concessão. Em ato contínuo, a Companhia pediu o registro da usina Lobo como Central de Geração de Capacidade Reduzida (“CGH”), que foi deferida sob o número CGH.PH. SP.001335-8.02, passando a ter prazo de outorga por tempo indeterminado.

No que se refere a operação comercial, a partir de julho de 2018 a CGH Lobo foi arrendada à Sociedade Claro S.A. e passou a operar em regime de minigeração distribuída, alimentando as unidades operacionais da Claro conectadas à rede da distribuidora Elektro no estado de São Paulo, encerrando o contrato em setembro de 2021. Em outubro de 2021 foi firmado um novo contrato, com duração de 4 anos, com a Cooperativa Limoeiro Energias Renováveis 5 e gerenciamento comercial pela Sociedade Lemon LVM Energias Renováveis Ltda. Finalmente, em setembro de 2025, foi firmado um novo contrato com a mesma Cooperativa, também com duração de 4 anos.

O projeto de reativação da PCH Emas Nova, com capacidade total instalada de 7,215MW, aproveitou boa parte da infraestrutura existente como a barragem, reservatório, escada de peixes e canal de adução, e contou com a construção de uma nova casa de força utilizando a moderna tecnologia Stream Diver da Voith, que são turbinas especialmente projetadas para usinas de baixa queda, resultando em elevada capacidade de geração, segurança e confiabilidade operacional. A fase de construção e implantação foi encerrada em 2024, sendo que a autorização para Operação Comercial da PCH Emas Nova foi concedida pela Aneel em 26 de novembro de 2024. Desde então, a PCH Emas Nova comercializa sua energia no Mercado Livre com a venda à diversos clientes consumidores livres. A Administração tem a intenção de exercer a prerrogativa contratual de prorrogar a concessão da PCH Emas Nova por mais 20 anos.

ARATU GERAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933 em 18 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL.

As demonstrações financeiras para fins regulatórios são distintas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos, entretanto, quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). Para fins de apresentação as demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de reais.

2.3 Julgamentos estimativas e premissas contábeis

As demonstrações financeiras regulatórias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras regulatórias foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados relevantes estão relacionados aos seguintes aspectos: análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas.

Compreendem valores depositados em contas bancárias prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa para pagamentos de curto prazo.

ARATU GERAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.3 Imposto de renda corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias, oriundos das demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A Companhia é optante pelo regime do Lucro Real Anual. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existente.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos

Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

ARATU GERAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

ARATU GERAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes decorrem, substancialmente, da comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), sendo reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.

O reconhecimento da receita ocorre conforme estabelecido no CPC 47 (IFRS 15), à medida que a obrigação de performance é satisfeita, geralmente ao longo do período de fornecimento de energia, com base na energia efetivamente consumida e/ou contratada, conforme medição validada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e demais agentes do setor.

Os valores a receber são registrados com base em faturas emitidas aos clientes, considerando os preços contratados, ajustes de medição, liquidações financeiras no âmbito da CCEE e eventuais encargos setoriais aplicáveis.

A Companhia avalia, ao final de cada período de reporte, a recuperabilidade das contas a receber por meio do modelo de perdas de crédito esperadas, conforme requerido pelo CPC 48 (IFRS 9), utilizando a abordagem simplificada. Para tanto, são considerados, entre outros fatores:

- histórico de inadimplência;
- análise individual de clientes relevantes;
- condições econômicas atuais e expectativas futuras;
- características específicas do mercado de energia, incluindo volatilidade de preços e risco de contraparte.

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base em matriz de provisionamento, segmentada por faixa de vencimento e perfil de risco dos clientes, sendo ajustada sempre que identificadas evidências objetivas de perda.

No mercado livre de energia, a Companhia também considera mecanismos de mitigação de risco, tais como garantias contratuais, operações registradas na CCEE e mecanismos de liquidação centralizada, os quais são levados em consideração na mensuração das perdas esperadas.

As contas a receber são classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de realização excede 12 meses após a data do balanço.

3.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 5 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

ARATU GERAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.8 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização. Perdas esperadas para a redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos, na data dos balanços patrimoniais.

3.9 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.10 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.11 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada), resultantes de eventos passados, de perda provável e passível de estimativa, de forma confiável, de valores de liquidação financeira.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

ARATU GERAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

3.12. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Administração analisou e não identificou impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

| Descrição | 2025 | 2024 |
|------------------------|--------------|------------|
| Bancos | 1.821 | 165 |
| Aplicações Financeiras | 4.066 | - |
| | 5.887 | 165 |

Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 2025 a Companhia manteve aplicações rendimento médio de 101% do CDI.

ARATU GERAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

4. IMPOSTOS A COMPENSAR

| Descrição | 2025 | 2024 |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Impostos Retidos | 5.089 | 5.927 |
| Saldos Negativos IRPJ e CSLL | 75 | 75 |
| | 5.164 | 6.002 |

5. IMOBILIZADO

O detalhamento do ativo imobilizado é apresentado da seguinte forma:

| Descrição - Produção | Taxa de Depreciação | 2025 | | 2024 | |
|---|---------------------|---------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| | | Custo | Depreciação Acumulada | Imobilizado Líquido | Imobilizado Líquido |
| Terreno | - | 52 | - | 52 | 52 |
| Edificações | 2% a 4% | 25.491 | (1.654) | 23.837 | - |
| Máquinas e equipamentos | 2,5% a 10% | 52.243 | (4.190) | 48.053 | 903 |
| Móveis e utensílios | 6,25% | 5 | (4) | 1 | 1 |
| Computadores e Periféricos | 20% | 40 | (8) | 32 | 3 |
| Barragens | 2% a 10% | 1.589 | (1.311) | 278 | 320 |
| Imobilizado em andamento | - | - | - | - | 75.883 |
| Ferramentas e Aparelhos | 10% | 4 | (4) | - | 1 |
| Reservatórios, Barragens e Aduadoras - Usinas | | 4.472 | (119) | 4.353 | - |
| Outros (reduzidor CIAP) | | (1.777) | - | (1.777) | - |
| | | 82.119 | (7.290) | 74.829 | 77.163 |

| Descrição - Administração | Taxa de Depreciação | 2025 | | 2024 | |
|---------------------------------------|---------------------|-----------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| | | Custo | Depreciação Acumulada | Imobilizado Líquido | Imobilizado Líquido |
| Máquinas e Equipamentos - ADM Central | 10% | 68 | (4) | 64 | - |
| Móveis e Utensílios - ADM Central | 10% | 24 | (1) | 23 | - |
| | | 92 | (5) | 88 | - |

Movimentação do ativo imobilizado

| | |
|--|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 77.163 |
| (+) Adições | 238 |
| (-) Baixas | (367) |
| (-) Depreciação do exercício | (2.117) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 74.917 |

Em janeiro de 2025, a unidade de negócios em Pirassununga-SP, Aratu Nova Emmas que entrou em operação, teve seus ativos devidamente classificados, conforme regras definidas pela Aneel, inclusive com as taxas de depreciação conforme previsão de concessão e utilização.

6. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em abril de 2025 a empresa recebeu uma petição de um processo trabalhista no valor de R\$ 428. Conforme entendimento dos assessores jurídicos, este processo possui chances e probabilidade de perda possível. A Administração entende que os riscos estão dentro do controle para esse processo, portanto não seguirá com a constituição de provisão.

ARATU GERAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisões pelas Autoridades Fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos impostos e às contribuições federais (imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS) e municipais (ISS). Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de contribuições previdenciárias (INSS e FGTS). Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas, ficando os valores eventualmente identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social no valor de R\$ 83.300 é composto de 577.838 ações nominativas e sem valor nominal das quais 572.415 ações ordinárias e 5.423 ações preferenciais.

| <u>Acionistas</u> | <u>% Ações</u> | <u>Quantidade de Ações - 2025</u> | <u>Quantidade de Ações - 2024</u> |
|-----------------------|----------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| ESP Agropecuária | 7.48% | 43.239 | 43.239 |
| Mineração Santa Elina | 92.52% | 534.599 | 534.599 |
| | 100.00% | 577.838 | 577.838 |

Em 23 de dezembro de 2024 que registrou o aumento de capital social no montante de R\$ 39.300 mediante emissão de 272.624 novas ações ordinárias nominativas, sendo R\$ 21.795 mediante integralização do adiantamento para futuro aumento de capital e R\$ 17.505 com aporte mediante depósito em conta corrente.

7.2. Reserva legal

Conforme estatuto, a Companhia deve reconhecer 5% de seu resultado líquido para reserva legal, não excedendo 20% do capital social.

7.3. Reserva de lucros e distribuição de dividendos

A destinação do resultado no exercício após as devidas destinações legais é definida pela Diretoria em Assembleia Geral. Em 2025 a Companhia não reconheceu montantes a título de dividendos mínimos obrigatórios devido ausência de lucros.

8. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| <u>Receita Bruta de serviços prestados</u> | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--|---------------|--------------|
| Receita de Energia | 16.670 | 15 |
| Receita de locação | 1.671 | 1.658 |
| Receita de serviços | 216 | 2.647 |
| Receita de sucata | 1 | 47 |
| | 18.558 | 4.367 |

ARATU GERAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

| Impostos incidentes sobre a receita | | |
|--|----------------|--------------|
| PIS | (129) | (72) |
| COFINS | (594) | (332) |
| ICMS | (1.615) | - |
| ISS | (4) | (58) |
| | (2.342) | (462) |
| Receita líquida | 16.216 | 3.905 |

9. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS POR NATUREZA

| Descrição | 2025 | 2024 |
|--------------------------------|-----------------|----------------|
| Manutenção | (253) | (1.419) |
| Serviços de terceiros | (1.225) | (912) |
| Depreciação | (2.117) | (140) |
| Taxas e tributos | (207) | (66) |
| Viagens e estadias | - | - |
| Locação | (169) | (358) |
| Ambientais | (390) | (1.159) |
| Baixa ágio sobre investimentos | - | - |
| Energia Elétrica | (4.363) | - |
| Outras receitas (despesas) | (4.135) | (917) |
| | (12.859) | (4.971) |
| Classificação | | |
| Custo da Operação | (2.727) | (1.090) |
| Administrativas e gerais | (9.968) | (3.875) |
| Outras receitas (despesas) | (164) | (6) |
| | (12.859) | (4.971) |

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTES

A Companhia, no atual exercício optou pelo regime de tributação do lucro real. Para estas companhias, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada sobre o lucro contábil, sobre as quais se aplicam às alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição de 15%, acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar às autoridades fiscais.

ARATU GERAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Abaixo segue demonstração dos cálculos de apuração do IRPJ e CSLL, conforme resultado apurado no ano:

| <u>Lucro Real</u> | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--|-------------|-------------|
| Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL | 3.634 | (1.109) |
| Adições | 18 | |
| Exclusões | (0) | |
| Compensação de prejuízos limitado a 30% | (1.095) | |
| Cálculo do CSLL | | |
| (=) Base de cálculo | 2.557 | (1.109) |
| Contribuição social 9% | 230 | - |
| Antecipações pagas no exercício | (141) | 9 |
| CSLL a (pagar) / recuperar | 89 | 9 |
| Cálculo do IRPJ | | |
| (=) Base de cálculo | 2.557 | (1.109) |
| Imposto de renda alíquota 15% | 384 | - |
| Adicional de 10% IRPJ | 232 | - |
| Antecipações pagas no exercício | (165) | 16 |
| Total IRPJ a (pagar) / recuperar | 450 | 16 |

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

11. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- Considerações gerais:** a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados.
- Caixa e equivalentes de caixa:** estão comentados e apresentados na Nota nº 3.
- Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:**

Risco de taxas de juros - Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros mercado, uma vez que seus ativos são substancialmente pré-fixados, a Companhia entende que apesar de existente, este risco possui possibilidade remota de ocorrência.

Risco de crédito - Esses riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

ARATU GERAÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

12. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia mantém seguros contratados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há itens relevantes até a data da emissão deste.

Antonio Kazuo Koga
Diretor

Ricardo Marcos Garvizu Flores
Diretor

Mauro Tadeu Silvera Lemos
Contador
CRC 1SP-152587/O-3
